



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE 2021**

-----No dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, transmitida na página do Facebook do Município de Góis, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, António Rui de Sousa Godinho Sampaio e Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----A senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas catorze horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA/CANDIDATURA PORTAS DO CÉU/CENTRO-07-2114-FEDER-000251-----

3.3 – DGESTE – DSRC/MOVIMENTO ANUAL DA REDE ESCOLAR PARA 2021/2022 – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO-----

3.4 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº4/2016 E DE SUB ARRENDAMENTO Nº5/2016 DA FRAÇÃO A DO LOTE 3 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS-----

3.5 – VICENTE & VICENTE - INDÚSTRIA DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO LDA/PAGAMENTO DO LOTE 1 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS-----

3.6 – PARQUE DA MONTEIRA- CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/TIAGO FILIPE VIEIRA BAETA CORTEZ E SANDRA REGINA DE JESUS SIMÕES-----

3.8 – OBRAS PARTICULARES/LEONOR BEATRIZ SIMÕES BANDEIRA -----
3.9 – OBRAS PARTICULARES/CATARINA ENES GARCIA -----
3.10 – MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº4/2021/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº3 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº3 -----
3.11 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -----
3.11.1 – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra -----
3.11.2 – CIM RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra -----
3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----
4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----
1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----
1.1 – FALTAS – Não houve. -----
1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo a disponibilidade dos senhores Vereadores em alterar o horário da reunião em virtude de no período da manhã terem ocorrido duas reuniões, a do Conselho Económico e Social e a do EEA GRANTS, ambas por videoconferência, tendo a sua pessoa estado presente na do Conselho Económico e Social e o senhor Vice-Presidente na do EEA GRANTS. -----
-----Sobre o Conselho Económico e Social referiu que este reuniu com o intuito de ouvir os vários parceiros relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) sugerindo que todos devem ler e analisar o documento por ser interessante. Referiu que associado a este existe um pacote financeiro significativo, tendo o senhor Primeiro Ministro, Dr. António Costa, explicado minuciosamente quais os objetivos, ou seja, no fundo qual o princípio da coerência entre aquilo que são as grandes ações temáticas, desde da resiliência à transição digital e à transição climática. Foi ainda referida a necessidade de que haja coerência com novos programas que estão em curso, nomeadamente, o presente Quadro Comunitário, mas sobretudo o Quadro Comunitário 2030, sendo que não fazia sentido que na estratégia que se pretende não houvesse complementaridades e ações, as quais têm que se cruzar e entrecruzar, para que os objetivos possam ser alcançados. Referiu que não vamos só ser acompanhados e monitorizados por uma comissão de acompanhamento que foi criada para o PRR, mas naturalmente é a Europa

que está de olhos postos em todos os países e, como não podia deixar de ser, também em Portugal. Referiu que a grande aposta nas áreas temáticas é a questão da resiliência, sendo que dentro desta temática existem subsectores que vão desde a saúde à questão dos equipamentos sociais, ao emprego à formação, pelo que exortou à leitura do documento. Quanto ao segmento transição climática e transição digital, referiu que como já mencionou dentro destas grandes áreas temáticas existem uma multidisciplinariedade e diversidade de ações que têm meios financeiros alocados esperando que tragam bons resultados ao país e que nesses resultados Góis também não fique de fora. Mais referiu que o objetivo que norteou a reunião do Conselho Económico e Social foi exatamente para fazer uma audição a todos os parceiros associados, e com é do conhecimento do Executivo o Conselho Económico e Social tem como principal papel ouvir e participar, mas também ao nível da concertação social em que o senhor Primeiro Ministro se disponibilizou para ouvir a diversidade de parceiros, sendo estes autarcas, confederação da agricultura, confederação nacional das associações de juventude, confederação que representa as coletividades, o senhor Bastonário da Saúde, todos os sectores de desenvolvimento, salientando que também participou na reunião a senhora Ministra do Trabalho e também o senhor Ministro do Planeamento, respetivamente Dr.^a Ana Mendes Godinho e Dr. Nelson Souza. Referiu ainda que o que se pretendeu foi ouvir aquilo que é a opinião e aquilo que se pode acrescentar àquele que é este mega documento, pelo que qualquer proposta deve ser apresentada por escrito, em virtude de a impossibilidade de todos os presentes usarem da palavra. Ainda nesta matéria referiu a vontade expressa de investir em áreas díspares naquilo que é o processo de desenvolvimento que vai desde ações imateriais desde a formação à criação de postos de trabalho, à qualificação, à investigação, bastante aposta na juventude, mas também o investimento mais mesurável, o investimento mais material. A leitura que se pode fazer e que alguns fizeram nesta audição pública dos parceiros é que alguns possam fazer e alguns fizeram-na é que era praticamente que não se pretendia que fosse um Plano do Estado para o Estado, sendo que o senhor Primeiro Ministro desconstruiu esta afirmação a qual tem vindo de alguma forma a generalizar-se em alguns parceiros e até na opinião pública que tem

acesso ao documento, sendo que o que foi dito é que há uma componente de descentralização e aposta nas parcerias, e quando se fala nesta é porque não ficam de fora as Autarquias, mas acima de tudo as parcerias com o terceiro sector, as universidades e academias, especialmente em função dos projetos que se pretendem implementar, sendo que se for dirigido ao terceiro sector é um facto que as IPSS's terão uma opinião e irão entrar nessa mesma parceria e participação, mas também quando se fala na situação ligada ao investimento nos estudantes, nos jovens, na investigação, na criação que se prevê de 15.000 postos de trabalho, havendo uma vontade expressa de partilhar não só esta governação, mas chamar à participação diferentes protagonistas, bem como diferentes entidades que vão desde a agricultura, ao emprego, à cultura, à administração pública uma vez que se fala também da implementação de verdadeiras políticas públicas. Ainda sobre o documento fez alusão aos timings constantes no mesmo, alguns destes reduzidos, ou seja 2023 e 2026, sendo de facto pouco tempo. No que concerne à discussão pública do documento referiu que irão se realizar onze seminários digitais temáticos em diferentes dias, tendo dado conhecimento das respetivas datas. Terminou o assunto referindo que o documento será remetido ao Executivo para que todos tenham conhecimento do que encerra o mesmo.-----

-----Prosseguiu, dando conhecimento que, no dia 25.02.21, irá reunir a CIM RC, a qual será presencial, sendo que em concertação com o senhor Presidente do Município de Arganil pretendem abordar a temática sobre as infraestruturas ferroviárias para Góis e Arganil, tendo em conta todo o historial existente nesta matéria, para que se possa fazer um estudo, reiterando a informação prestada anteriormente sobre o assunto aquando a cerimónia realizada em Serpins, concelho da Lousã, sobre o Metro Bus. -----

-----Referiu que no âmbito da legislação em vigor a Câmara Municipal encontra-se a tratar do suplemento de penosidade e insalubridade, dirigindo-se este a trabalhadores que desempenham tarefas específicas, nomeadamente coveiros, mas não só estes trabalhadores, estando para o efeito determinados valores, pelo que oportunamente será apresentada ao Executivo uma proposta para deliberação, sendo que o pagamento do referido suplemento terá efeitos retroativos ao início do ano em curso, sendo também

um assunto a abordar no âmbito da reunião da CIM RC para se ter conhecimento do *modus operandi* dos municípios nesta matéria. -----

-----Referiu que no dia 19.02.21 realizou-se reunião com todos os Municípios que compõe a CIM RC, a qual contou com a presença do senhor Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, uma vez que é o Coordenador da Região Centro no âmbito da Pandemia, a senhora Presidente da ARSC, o responsável pela Saúde Pública, Dr. Pedro Pimentel, bem como o diretor Executivo do ACES do Pinhal Interior, Dr. Avelino Pedroso e também o diretor Executivo do ACES do Baixo Mondego. Referiu que a temática abordada foi a Pandemia COVID-19, para que fosse feito o ponto de situação da mesma no âmbito da CIM RC e também o Plano de Vacinação para estes concelhos. Quanto ao Plano de Vacinação referiu que foram desmistificadas algumas questões sobre este, realçando que foi explicado quais os critérios para que este processo se desenrole.-----

-----Relativamente ao Plano de Vacinação de Góis referiu que na passada semana a vacinação decorreu de quinta-feira a sábado, apelidando a mesma de verdadeiro sucesso pela positiva. Referiu que a vacinação está a ser feita pelo Centro de Saúde de Góis em plena articulação com outros parceiros, nomeadamente a Câmara Municipal de Góis, sendo no âmbito dessa parceria que irá prestar informação. Referiu que após reunião da Proteção Civil, a Câmara Municipal ficou com a incumbência de tratar de tudo o que era carência ao nível de transporte e assumir o mesmo, tendo sido facultado pelo Centro de Saúde de Góis os contatos dos utentes com idade superior a 80 anos, 30 pessoas por dia, num total de 90 pessoas, estando o Gabinete de Ação Social a fazer os respetivos contactos. Acrescentou que também está a decorrer a vacinação para pessoas com mais de 50 anos que têm patologias associadas, sendo a metodologia nesta situação utilizada o contacto do mais velho para o mais novo. Quanto ao transporte referiu que a Câmara Municipal optou por envolver a rede de táxis existente no concelho, cabendo à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis o transporte de algumas pessoas que têm de utilizar as ambulâncias para se deslocarem, havendo parte da população que se deslocou com meios próprios. A utilização da rede de transporte de táxis foi uma forma de dinamizar a nossa economia local, bem como à Associação



Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis cujo transporte será também suportado pela Câmara Municipal. Referiu que no primeiro dia apareceram as trinta pessoas contactadas para a toma da vacina, sendo que no segundo dia de vacinação apenas faltaram duas pessoas que justificaram a sua ausência, não tendo dados relativamente ao dia de sábado. Referiu que a Câmara Municipal irá continuar a apoiar esta ação, sendo que nesta semana também irá decorrer a administração de vacinação nos dias 25 e 26, sendo que sábado, dia 27, será um grande dia, porquanto estão previstas cerca de 200 pessoas, sendo que a vacinação decorrerá no Pavilhão Gimnodesportivo, estando a ser tomadas todas as démarches com o Centro de Saúde para que este espaço reúna todas as condições para a vacinação. -----

-----No que concerne à Unidade Móvel de Saúde referiu que no passado dia 19.02.21 recebemos a mesma, estando agendada reunião com o Centro de Saúde de Góis, para o início de março, para agilizarmos procedimentos no sentido de colocarmos esta viatura ao serviço do território de Góis. Acrescentou que caso a viatura seja necessária no âmbito do Plano de Vacinação a mesma está operacional para poder funcionar, sendo que prestará mais informação sobre o plano de trabalho no nosso território após reunião com o Centro de Saúde. -----

-----Deu conhecimento que no dia 16.02.21 decorreu uma reunião de trabalho de todos os acionistas da APIN tendo sido feito o ponto de situação de vários dossiers. Referiu sendo que no âmbito desta reunião ficou decidido termos um plano para dar apoio às nossas populações em tempos de Pandemia, pelo que a proposta é que haja uma redução, particularmente, nas tarifas fixas, ou seja, domésticos, foi proposto uma redução de 25% na componente fixa da tarifa, de fevereiro a abril de 2021; para os não domésticos redução de 100%, na componente fixa da tarifa, de fevereiro a abril de 2021, e para as Instituições uma redução de 100%, na componente fixa da tarifa, de fevereiro a dezembro de 2021. Referiu que a proposta será presente ao Executivo para deliberação.-----

-----Referiu que a sessão da Assembleia Municipal irá se realizar, por videoconferência, no dia 26.02.2021, pelas 17.00 horas. -----

-----Prevaleceu-se para agradecer a todos os trabalhadores que tiveram que abdicar do seu tempo livre, no passado fim de semana, agradecimento extensivo aos Bombeiros Voluntários de Góis, que prontamente ocorreram a todas as situações ocorridas no âmbito da intempérie que se fez sentir. Referiu que o senhor Nuno Lopes, Secretário do senhor Vice-Presidente, fez um levantamento das várias ocorrências, havendo várias situações que envolvem vários meios financeiros. -----

-----Terminou a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal decidiu avançar com uma ação contra a Caixa Geral de Depósitos relativamente ao furto ocorrido em novembro de 2018. Referiu que o senhor Consultor jurídico da Câmara Municipal, Dr. Pedro Pereira Alves, organizou um processo, sendo que quando este estiver compilado prestará mais informação ao Executivo. É um facto que não estamos satisfeitos com a situação ocorrida, passaram dois anos, não tendo havido assunção das responsabilidades, sendo que a Câmara Municipal confiou património da Autarquia quando decidiu fazer o aluguer dos cofres no pressuposto que estaria no sítio impossível de ser objeto de furto.-

-----Concluiu dirigindo felicitações à Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo, Lda e à Prorresina - Produtos Resinosos, Lda, empresas com sede em Góis, galardoadas com o prémio de PME Líder 2020, sendo que estas distinções são o resultado do mérito e da performance que as nossas empresas são capazes de desenvolver num território com dificuldades que tão bem conhecemos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio iniciou a sua intervenção referindo desejar que os montantes patentes no Plano de Recuperação e Resiliência, parte destes, sejam reencaminhados para Góis, e que de uma vez por todas se tenha outro olhar para o interior podendo esta ser uma oportunidade para que haja um outro desenvolvimento no sentido de serem colmatadas algumas situações que os territórios do interior se debatem. De acordo com a informação da senhora Presidente no âmbito da reunião da CIM RC que se irá realizar nesta semana em que irá fazer alusão às infraestruturas ferroviárias, lembrou que, na última reunião da Câmara Municipal, abordou o estudo encomendado pela CIM RC para



a requalificação da EN17, pelo que também entende que deveria ser um assunto a abordar na referida reunião para que Góis não fique para trás e que também seja contemplado com uma ligação que possa acabar, de uma vez por todas, com o constrangimento a nível de acessibilidades com que Góis se confronta. Em relação à Unidade Móvel de Saúde, recebida na passada semana, referiu desejar que em parceria com o Centro de Saúde a mesma tenha uma boa utilização no sentido de ser uma mais valia para o concelho em muitas áreas. Relativamente à proposta da APIN de redução das tarifas fixas do tarifário de consumo de água referiu corroborar com a mesma. Aproveitou ainda a oportunidade para felicitar a Proresina - Produtos Resinosos, Lda e a Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo pela distinção como PME Líder 2020.-----

-----Prosseguiu referindo que de acordo com o Orçamento de Estado 2021 desejava abordar algumas situações, nomeadamente no que concerne ao suplemento de penosidade e insalubridade, elencado no artigo 24º da Lei do Orçamento de Estado, cabendo às Autarquias elencar os trabalhadores que poderão ser abrangidos, sendo seu entendimento que a carreira geral é de facto a de Assistente Operacional, porém no nosso concelho é dirigido a quem de facto trabalha nos cemitérios, não se verificando que sejam abrangidos os trabalhadores que estariam afetos à recolha e tratamento de resíduos e tratamento de afluentes e higiene urbana, uma vez que transitaram para a APIN, sendo um assunto que terá que ser presente ao Executivo. Face ao exposto questionou se já encontravam definidas as situações, ou seja, os trabalhadores que preenchem os requisitos para serem abrangidos pelo suplemento de penosidade e insalubridade, contudo a senhora Presidente já prestou os devidos esclarecimentos. Referiu que o Orçamento de Estado também refere a vinculação de trabalhadores com contratos a termo, não sendo do seu conhecimento se a Câmara Municipal tem alguém nesta situação, entende que possivelmente não o terá, sendo que caso tivesse esta seria uma oportunidade. No que concerne ao regime excecional das redes de faixa de gestão de combustível referiu que o Orçamento de Estado também prevê que, independentemente, da existência do Plano Municipal de Proteção da Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovado, parecendo-lhe que o do Município de Góis já se encontra

aprovado e atualizado, os trabalhos devem ocorrer até ao dia 15 de março, e até ao dia 31 de maio. Referiu que as coimas em 2021 foram aumentadas para o dobro, sendo que a Câmara Municipal até ao dia 31 de maio tem de garantir a realização dos trabalhos de gestão de combustível substituindo-se aos proprietários em incumprimento. Mais referiu que o Plano Municipal de Proteção da Defesa da Floresta Contra Incêndios deve estar aprovado e atualizado até ao dia 31.03., pelo que lhe parece que nesta situação não haverá qualquer problema, sendo que em caso de incumprimento existe o problema dos 20% dos duodécimos da transferência do FEF, esperando que não se traduza em nenhum problema. Neste sentido, questionou se os trabalhos previstos se encontram a ser executados ou se está a ser monitorizada a sua execução. Ainda sobre o Orçamento de Estado referiu a existência de um artigo que prevê que através do Plano de Recuperação e Resiliência irá ser disponibilizado um apoio financeiro aos pequenos proprietários e produtores florestais, às autarquias e entidades gestoras de baldios para o arranque e controlo de eucaliptos de crescimento espontâneo, questionando se já está a ser planeada alguma situação nesta área, ou seja, se já há locais devidamente identificados para que esta medida seja aplicada. Relativamente ao apoio e tratamento de águas residuais referiu que o Governo disponibiliza em 2021 através do REAT EU e do PRR apoios às autarquias e aos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos urbanos para a resolução de problemas urgentes da recolha e transporte de águas residuais, bem como construção e reabilitação de estações de tratamento de águas residuais, e tratamento de rejeição de afluentes e melhoria da rede de saneamento, parecendo-lhe que será a APIN a entidade que irá usufruir desse apoio, porém, a Câmara Municipal terá sempre uma palavra devendo ter o poder de reivindicar aquilo que é a melhoria nesta área. Questionou se quanto ao referido apoio se já se tem conhecimento em que áreas ou o que se pretende fazer nesta matéria. Uma outra questão, por si já abordada, mas que também vem plasmada no documento em questão, que se trata dos centros de recolha oficial de animais, sendo disponibilizadas verbas para a continuidade das campanhas de esterilização e divulgação dos benefícios da esterilização junto dos proprietários dos animais. Relembrou que em anterior reunião de Câmara Municipal foi prestada



informação verbal relativa ao resultado no concelho de Góis, da Campanha de Esterilização levada a efeito no ano de 2020, sendo que posteriormente seria do conhecimento do Executivo o relatório. Podendo o Município de Góis beneficiar de alguns apoios elencados nesta norma, o que está planeado em termos de esterilização para o corrente ano, bem como a melhoria da prestação de serviços veterinários da assistência a animais de famílias carenciadas, existindo uma verba com esse mesmo fim, e as campanhas de sensibilização com benefícios da esterilização e/ou recursos a verbas para o registo eletrónico de animais de companhia, porquanto existe uma verba para esse mesmo efeito, sendo que desejava ter conhecimento do que está planeado nesta matéria. Em relação à transferência de competências referiu que é do conhecimento de todos a alteração legislativa realizada no ano de 2020, pelo Decreto Lei nº 56/2020, em relação às competências na área da cultura e da educação, cujo período para essa transferência foi alargado para março do ano de 2022, pelo que sendo um assunto que estagnou questionou se houve algum desenvolvimento, bem como se há alguma previsão do que irá acontecer no presente ano. -----

----Proseguiu a sua intervenção, referindo ser do seu conhecimento a existência de alunos que efetuaram o pagamento do passe de transporte escolar, relativos aos meses de janeiro e fevereiro do ano em curso, porém devido às regras impostas no âmbito da Pandemia, as aulas não foram presenciais e não utilizaram o transporte, sendo sua questão se as importâncias pagas serão ressarcidas aquando da retoma das aulas presenciais. -----

----No que concerne ao Plano de Vacinação apesar da exposição da senhora Presidente sobre esta matéria, referiu que num telejornal foi dada informação que a lista dos munícipes que constam na ARS não se encontram atualizadas, sendo que em alguns concelhos este assunto gerou muita preocupação nos autarcas, nomeadamente Presidentes de Junta e Presidentes de Câmara, porquanto se tratavam de munícipes com bastante idade, sem experiência em sms no telemóvel, entre outros problemas ao nível de contacto, pelo que poderiam não estar abrangidos pelo Plano de Vacinação no imediato. Face ao exposto, questionou se todos os residentes no concelho estão

devidamente identificados no Plano de Vacinação no sentido da inexistência de falhas quanto ao número de pessoas a serem abrangidas pela vacinação. -----

-----No que concerne à estrada de acesso à localidade de Monteiro, freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu tratar-se de um assunto que já por várias vezes foi objeto de intervenção em sede do Executivo, porquanto existe uma barreira que se tem vindo a desmoronar, sendo que com a intempérie do passado fim de semana houveram algumas situações que se degradaram, pelo que quanto a esta situação não tem conhecimento se também se degradou ainda mais, pelo que questionou quando é que está prevista a sua reparação.

-----Quanto ao assunto relativo à substituição do piso numa habitação propriedade da Câmara Municipal, no Bairro Fernando Carneiro, em Góis, assunto por si exposto em anterior reunião da Câmara Municipal, questionou se já se encontra agendado o respetivo trabalho.-----

-----Terminou a sua intervenção referindo que o Município da Mealhada apresentou a plataforma "ePaper", uma solução informática que vai permitir simplificar a criação de processos digitais das operações urbanísticas e a tramitação desmaterializada dos procedimentos administrativos. Referiu que em sede do Executivo algumas vezes é abordada a questão relativa a problemas com a tramitação de alguns processos de obras, pelo que entende que este programa vai ao encontro daquilo que é uma intenção da digitalização dos serviços e da melhoria do seu funcionamento nesta área. Neste sentido sugeriu que se procurasse perceber o funcionamento da aludida plataforma, uma vez que se esta foi implementada é porque permite a agilização e a transparência daquilo que é a tramitação dos processos sendo de todo importante que o Município de Góis procurasse perceber e implementar uma plataforma desta natureza para tentar minimizar aqueles que são os constrangimentos nos procedimentos dos processos de obras.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues agradecendo a explanação feita pela senhora Presidente relativamente ao Plano de Vacinação no âmbito da Pandemia COVID-19 e também quanto ao número de casos existentes. Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência referiu esperar que o mesmo traga alguma

sustentabilidade para o qual foi criado, uma vez que assenta em dois grandes pilares, ou seja, a transição climática e digital, e tal como a senhora Presidente referiu onde se encontra a administração pública entre outros sectores, esperando que este venha trazer uma alavancagem a todo o tecido económico e também nas administrações públicas. Acrescentou que na intervenção a senhora Presidente referiu que a rede ferroviária irá ser objeto de alusão na reunião da CIM RC entendendo ser uma excelente ideia para que venha a ser uma realidade, num futuro próximo, porquanto se traduzia numa outra acessibilidade ao nosso concelho e ao concelho de Arganil. Uma outra questão falada foi sobre o suplemento de penosidade e insalubridade, patente no Orçamento do Estado 2021, esperando que seja, presentemente, implementado na administração local, uma vez que este assunto já foi várias vezes falado pelo governo e até à data ainda não foi implementado.-----

----Quanto à distinção das empresas concelhias, PME Líder 2020-felicitou a Proresina - Produtos Resinosos, Lda e a Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo, pela distinção como PME Líder 2020, desejando a continuidade de muito sucesso.-----

----Seguidamente felicitou a Câmara Municipal pelo concerto protagonizado pelo artista Hélder Bruno, transmitido no Facebook do Município de Góis, no p.p. dia 14.02.21, reputando-o de excelente. -----

----Quanto ao Programa de Apoio à Produção Nacional, referiu ser do seu conhecimento que a senhora Presidente esteve presente na apresentação do mesmo, o qual consiste no apoio direto ao investimento empresarial produtivo, que pretende estimular a produção nacional, com especial enfoque no setor industrial, destinando-se às micro e pequenas empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica. Neste sentido, solicitou informação sobre a adesão de empresas do concelho a este Programa, uma vez que entende ser uma mais valia para o tecido empresarial existente em Góis. -----

----Quanto às atividades levadas a efeito, transmitidas na página do Facebook do Município de Góis, tanto por parte dos Técnicos do Pavilhão Gimnodesportivo, como das Técnicas da Biblioteca Municipal, congratulou-se pelas mesmas, porquanto são momentos que ajudam a passar o tempo a muitos munícipes nesta fase de

confinamento.-----

-----Quanto ao caminho municipal entre Colmeal e Ádela referiu a existência em parte do troço, nomeadamente duas curvas antes de chegar à localidade de Ádela, do deslizamento de algumas terras, sendo que apesar de estar devidamente sinalizado, com as intempéries que se têm sentido o que se pode constatar é que a situação se tem vindo a degradar. Neste sentido, questionou se já está prevista a reparação da situação. Uma outra situação é na estrada da EN342, no cruzamento que segue para as Aigras até à Comareira existem uma série de buracos consequência do mau tempo que se faz sentir, pelo que há a necessidade de reparação dos mesmos. Paralelamente a esta situação também existe uma outra no troço entre Ribeira Cimeira e a Pena pelo que urge colmatar todas estas situações em virtude de serem vias de comunicação frequentadas por quem visita as Aldeias do Xisto, e, nomeadamente, para quem reside nestas povoações. -----

-----Por último, fez alusão à limpeza das faixas de gestão da rede viária congratulando-se pelo trabalho realizado nas vias que citou, questionando para quando é que estão programados os trabalhos na EN 2, Vila Nova de Poiães-Carvão, Vila Nova do Ceira-Candosa, bem como no Vale do Ceira, e se estes irão ser efetuados por administração direta ou através de terceiros. -----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que relativamente à explanação feita pela senhora Presidente no que concerne ao Plano de Recuperação e Resiliência e também à temática que irá ser exposta na reunião da CIM RC quanto às infraestruturas ferroviárias, podem constituir-se como uma réstia de expectativa versus esperança, uma vez que a infraestrutura ferroviária se iria traduzir numa mais valia em termos de acessibilidades, promovendo o desenvolvimento de outras áreas, espera que Góis também seja contemplado quanto às medidas e financiamento existentes no Plano de Recuperação e Resiliência. Realçou que na discussão relativa à nova ligação à IP3, Góis deve empenhar-se afincadamente para que também possa beneficiar dessa acessibilidade. -----

-----Relativamente ao Plano de Vacinação no âmbito do COVID-19 congratulou-se pelo trabalho que está a ser realizado ao nível concelhio. Quanto à unidade Móvel de Saúde

referiu a sua satisfação pelo Município de Góis já ter recebido a mesma, pelo facto de ter sido um dos assuntos pelo qual sempre batalhou, esperando que funcione no seu pleno, criando melhores condições aos nossos munícipes.-----

----Quanto à distinção das empresas concelhias Prorrresina - Produtos Resinosos, Lda e à Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo com a distinção PME Líder 2020 referiu ser um resultado meritório para as mesmas, e, conseqüentemente para o concelho, sendo que este, é por vezes notícia por coisas menos boas, temos aqui um exemplo de que também temos casos de sucesso, fruto do empenho destes empresários, a quem felicitou.-----

-----Quanto às ocorrências existentes no passado fim de semana, fruto das intempéries, referiu que também a sua pessoa desejava enaltecer os trabalhadores da Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários de Góis pela prontidão com que foram repostas várias situações, nomeadamente a que testemunhou na localidade de Casêlhos. Ainda sobre os trabalhadores da Câmara Municipal congratulou-se pelas iniciativas levadas a efeito online, tanto ao nível do desporto, como da cultura (iniciativas promovidas pela Biblioteca Municipal), as quais foram uma mais valia e companhia para quem se encontra confinado, bem para muitos que se encontram em situação de isolamento e solidão.-----

----Por último, reiterou o seu pedido relativamente ao ponto de situação da execução dos projetos vencedores do Orçamento Participativo, tanto do Orçamento Jovem, como do Orçamento Geral.-----

----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia realçando o esforço que tem havido por partes dos trabalhadores da Câmara Municipal de se reinventarem arrançando soluções para ocorrerem à situações, tanto no âmbito da Pandemia COVID-19, como no âmbito da intempérie que se fez sentir no passado fim de semana no sentido de minimizarem qualquer problema ao nível da circulação rodoviária, uma vez que houveram estradas que ficaram, ainda que temporariamente, intransitáveis, tendo sido colmatadas em tempo útil todas as situações que se verificaram.-----

----Em relação à reunião no âmbito do EEA GRANTS que contou com a sua presença, ainda que por videoconferência, no dia de hoje, referiu que foi sobretudo uma reunião técnica que envolvem alguns municípios e outras entidades, havendo questões e dúvidas que

têm de ser partilhadas por todos os intervenientes neste processo. Referiu que, presentemente, estão identificadas as intervenções, as quais são do conhecimento do Executivo, tendo sido acrescentada uma pequena intervenção, ou seja, uma reparação no açude do Cabril, freguesia de Vila Nova do Ceira. Acrescentou que quando esteve no terreno a Equipa que iria identificar as intervenções foram visitados vários locais, designadamente na Cabreira, Cadafaz e Vila Nova do Ceira, entre outros, sendo que por vários motivos entenderam que algumas intervenções apontadas não reuniam requisitos de acordo com o espírito deste projeto, tendo que ser a Autarquia a desenvolver as intervenções necessárias, pelo que as intervenções escolhidas ficaram circunscritas à vila de Góis, ou seja, entre a Ponte Real e o açude de Santo António. Referiu que identificadas as intervenções, a Câmara Municipal terá que intervir enquanto autoridade administrativa para aprovação das intervenções, seguindo-se a fase de procedimentos para as respetivas empreitadas, sendo o dono da obra a CIM RC, porquanto os municípios lhe delegaram essa mesma competência. Referiu ainda, a necessidade de harmonizar alguns procedimentos entre os municípios neste projeto, tendo sido agendada nova reunião técnica, a qual terá lugar no dia 01.03.21. Mais referiu a necessidade de divulgação deste projeto em virtude de as intervenções serem maioritariamente em espaços privados, em virtude das margens do rio apesarem de estarem sob domínio hídrico, contudo, os terrenos são privados, pelo que há necessidade de interagir com toda a população de forma a que se estabelecem orientações e que se coordene as intervenções com conhecimento de todos. Pelo que ainda no decorrer desta semana irá haver uma reunião do grupo do plano de comunicação para estabelecerem metodologias e estabelecerem uma agenda de comunicação com as populações. -----

-----Relativamente à Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2), promovida pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, através da Direção- Geral do Território, referiu que esta objetiva apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular. A InC2 visa a promoção do desenvolvimento urbano sustentável criando redes copulativas entre diferentes Municípios em programas comuns. Referiu que o Município de Góis manifestou interesse em participar, sendo que



vários Municípios já comunicaram a sua disponibilidade em serem parceiros do Município de Góis nestas três iniciativas, i.e., Relações urbano-rurais , i.e., relação entre a cidade e o campo a cidade necessita e vice versa; Urbanismo e construção, i.e., há uma tendência para aumentar a construção desvalorizando-se a reconstrução e requalificação e/ou regeneração urbana, sendo que Góis tem três ARU's, sendo necessário dinamizá-las; Economia urbana para a circularidade, i.e., quem consome produz resíduos devendo haver um reaproveitamento circular de uma economia e não desprezar o sobranço de um determinado sector que eventualmente poderá ser útil a um outro sector, havendo um quarta, o Ciclo urbano da água, tendo esta sido posta de lado uma vez que a APIN é que se encontra a explorar esta área, podendo também ser integrada nesta os regadinhos, porém apesar de ser importante é residual no nosso território. Referiu que terá que ser um grupo de concelhos, sendo que um dos concelhos tem de ter no mínimo 30.000 habitantes, devendo ser concelhos de diferentes NUTS, e inclusive ser houver concelhos que pertencem às ilhas há uma majoração no financiamento. Acrescentou que o Município de Alcoutim manifestou interesse em ser parceiro com o Município de Góis a par com o Município de Espinho. -----

-----Relativamente à questão do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio relativamente à desburocratização de processos urbanísticos referiu ser uma preocupação, informando que estamos com um processo de desburocratização desses processos que estão a ser desenvolvidos conjuntamente com a CIM RC, questionando qual o interesse e objetivo, sendo que qualquer promotor pode entregar um projeto na Câmara Municipal, seja presencial ou via e-mail, sendo que no momento da entrega irá lhe ser entregue uma password que lhe permitirá acompanhar todas as fases do processo, sendo que se espera que num curto espaço de tempo a aplicação MyNet fique disponível aos municípios.-----

-----Relativamente ao transporte flexível referiu que na anterior reunião da Câmara Municipal a informação que prestou foi sobretudo uma interpretação, uma vez que presentemente se encontra suspenso em virtude de também o sistema GoiSim se encontrar parado. Porém, o transporte flexível não se suspenso somente devido a esta

situação, mas sim porquanto o projeto piloto deste teve uma durabilidade de um ano, sendo que dos resultados deste, há uma utilização bastante reduzida, ou seja, durante este período houve somente a utilização de 4 viagens, contudo, parece que muito em breve os munícipes terão novamente a oportunidade de utilizarem este meio de comunicação.-----

-----A senhora Presidente referiu que quanto à questão do transporte flexível o projeto piloto do ano de 2020 não foi bem-sucedido, porém devemos atender todos ao ano de 2020 porquanto foi o primeiro ano da Pandemia, sendo o presente ano o segundo, tendo o país parado no mês de março tendo se reiniciado as atividades no mês de maio/junho, tendo após período outonal voltado a confinamento absoluto que nos trouxe grandes constrangimentos. Pelo que era difícil ter um impacto significativo do transporte a pedido porquanto acredita que as pessoas estavam preocupadas com tudo menos com o transporte a pedido, daí que atendendo às especificidades do ano de 2020 a CIM RC voltou a questionar a Câmara Municipal de Góis se queríamos considerar praticamente o ano de 2020 que fosse o “ano zero”, mas que reativássemos o transporte a pedido no ano de 2021 atendendo às vicissitudes do ano de 2020. Pelo que estamos a tempo de fazer uma melhor divulgação e fazer chegar a melhor informação aos munícipes do que concerne às potencialidades do transporte a pedido, sendo que o que importa é que a Câmara Municipal responda à CIM RC se deseja voltar a abraçar o projeto. No ano de 2022 haverá a oportunidade de fazer o balanço em função dos resultados relativos ao 2021, sendo que estes não foram muito simpáticos tendo em conta a Pandemia ou porque se se falhou, mais uma vez, na comunicação e divulgação deste transporte, realçando que já não estamos em tempo em falhar quanto à divulgação e na informação.-

-----Quanto à questão do EEA GRANTS referiu que era do conhecimento de todos que maioritariamente as intervenções seriam em propriedade privada pelo que entende que esta questão já deveria estar minimamente ultrapassada e as pessoas que estão designadas para fazerem parte desta Equipa devem iniciar já os contactos com os proprietários para que aquando o lançamento das respetivas empreitadas, por parte da CIM RC, não hajam alguns handicaps quanto a este assunto. -----



-----Quanto ao ponto de situação dos projetos vencedores do Orçamento Participativo referiu que irá dar a palavra à senhora Chefe da DGUPA para proceder aos devidos esclarecimentos.-----

-----Quanto às questões do senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues agradeceu a congratulação relativo ao concerto realizado online no dia 14.02.21, tendo o Município de Góis sido promotor deste mesmo evento, não somente pelo simbolismo do dia, mas acima de tudo por aquilo que nos separa a todos há muitos meses, as pessoas encontram-se confinadas, há quem esteja em família, mas há quem esteja de facto em menor grau de solidão, havendo ainda muitas pessoas que vivem com muitas dificuldades, vivendo afastados dos seus familiares, sendo certo que o concerto não chegou a toda a gente, teve como objetivo também fazer uma aproximação. Referiu que é sua intenção promover de outros concertos e outras iniciativas para que cheguemos a casa dos goienses e que consigamos quebrar um pouco este distanciamento físico e social a que estamos obrigados. Prevaleceu-se para dirigir uma exortação à Associação Educativa e Recreativa de Góis, cujo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio é ilustre Presidente, para que alguns músicos nos possam presentear com um concerto ou com algumas aulas, repto também à FILVAR, exortando os nossos músicos a aceitar o desafio sendo este também um modo de aproximação através da cultura.-----

-----No que concerne ao Programa de Apoio à Produção Nacional referiu que foram contactados todos os empresários do concelho de Góis particularmente os que desenvolvem a sua atividade ou que pretendem vir a desenvolvê-la nas áreas onde há ilegitimidade das despesas, sobretudo na área da restauração, turismo, alojamento. Referiu que os empresários foram contactados através do serviço de Apoio ao Desenvolvimento tendo se inscrito quinze empresários, tendo estado também presente a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, tendo a reunião sido monitorizada pelo senhor Secretário Executivo da CIM RC, Dr. Jorge Brito, que apresentou o programa e esclarecimentos a algumas questões. Prevaleceu-se para agradecer à Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra pela disponibilização para com os empresários no sentido de ajudar todos os interessados na elaboração das

candidaturas e organização de todo o processo., sendo que também os Técnicos da Câmara Municipal presentes na reunião, Dr.^a Fátima Gonçalves, Dr.^a Raquel Mendes e Dr. Miguel Mourão, poderão prestar informações sobre todo este processo. -----

-----Relativamente às intervenções necessárias em algumas estradas do concelho é uma realidade que com as intempéries que se têm sentido tendencialmente há situações que se agravam, salientando a existência de meios financeiros no orçamento municipal para esse efeito estando também a decorrer o processo para a contratação de um empréstimo, pelo que espera que brevemente sejam feitas as intervenções necessárias nas vias que necessitam de ser intervencionadas, tendo exortado ao senhor Vice-Presidente e a senhora chefe da DGUPA para que sejam preparados os devidos cadernos de encargos. Quanto à situação do talude de Ádela informou que da informação que tem é que já foram lançados dois procedimentos concursais para a empreitada, sendo que os dois concursos ficaram desertos, tendo dado a palavra à senhora Chefe da DGUPA para se pronunciar nesta matéria.-----

-----Dada a palavra, a senhora chefe da DGUPA referiu que se tratou de um concurso por consulta prévia não tendo as empresas procedido a resposta ao concurso, tendo estas para o efeito remetido declaração no sentido de informarem do seu desinteresse no concurso.-----

-----A senhora Presidente referiu que entende que o valor colocado no procedimento para a respetiva empreitada poderá estar muito abaixo da realidade, e por isso é que o primeiro concurso ficou deserto, sendo que aumentando um pouco o valor o segundo concurso também pelo que não há nenhum interesse em concorrer, sendo que se têm de rever os valores, no sentido de a obra ser efetuada, porquanto poderá eventualmente ser um factor para a ocorrência de algum acidente. -----

-----Seguidamente questionou a senhora chefe da DGUPA relativamente ao ponto de situação dos projetos vencedores do Orçamento Participativo.-----

-----Dada a palavra, a senhora chefe da DGUPA referiu que quanto ao Projeto do Orçamento Participativo Geral – Piscina das Canaveias, já foi emitido o parecer favorável, estando a DGUPA a elaborar as peças procedimentais. No que concerne ao Projeto do



Orçamento Participativo Jovem - Colocação de Muppi na zona do Arrassaio, Vila Nova do Ceira, referiu que os serviços se encontram a fazer o estudo dessa mesma zona, sendo que quanto às espreguiçadeiras para colocar nas Praias Fluviais também estão a tomar os procedimentos para que estas sejam adquiridas para colocação na próxima época balnear. Relativamente aos Projetos vencedores do Orçamento Participativo/ano 2021, cujo Orçamento Participativo Jovem é a colocação e dois Muppis na vila de Góis, sendo que um será colocado junto à Igreja do Mártir, sendo que está em processo de avaliação, sendo que o Parque de Caravanas, em Ponte do Sótão, projeto vencedor do Orçamento Participativo Geral, já se efetuou um estudo, o qual ainda não se encontra concluído, de forma a que posteriormente seja feita consulta prévia a três empresas. -----

-----A senhora Presidente referiu que quanto à questão das limpezas da faixa de gestão mencionadas pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues na EN2, ou seja, Góis-Vila Nova de Poiares, apraz-lhe mencionar que o período transitório da APIN terminou sendo que aguarda que tanto o senhor Vice-Presidente como a senhora Chefe da DGUPA apresentem um Plano de Trabalho para os trabalhadores que ficaram sem as tarefas até à data exercidas, i.e., recolha de lixo e águas e saneamento, tratando-se de um número elevado de trabalhadores, pelo que há trabalhos que poderão efetivamente serem realizados por administração direta, pelo que espera que essa Equipa seja reafectada a outros serviços. Acrescentou que no planeamento que irá ser feito ao nível de trabalhos de limpeza naturalmente que não está excluído o Vale do Ceira, nem a EN2 Góis-Vila Nova de Poiares, realçando que todos estes trabalhos não poderão ser realizados por administração direta tendo a Câmara Municipal que recorrer a serviços externos. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que o Eng. Filipe Moreira e pelo Dr. Marco Dias, Técnicos da Câmara Municipal, fizeram um levantamento exaustivo no âmbito da prevenção estrutural para as limpezas da faixa de gestão de combustível sob responsabilidade do Município de Góis a executar em 2021, estando o trabalho orçamentado em 176.000,00€. Referiu que iniciamos esta operação definindo prioridades, sendo que umas irão ser realizadas por

administração direta, outras pela contratação de serviços, bem como através das Juntas de Freguesias, Sapadores Florestais da Associação Florestal do Concelho de Góis e da CIM RC. Referiu que no próximo dia 26.02.21 irá se realizar a reunião da Comissão Municipal de Proteção da Defesa da Floresta Contra Incêndios, sendo este um dos assuntos que irá ser abordado, entre outros, sendo que serão todos os parceiros ouvidos sobre esta questão, para que se priorizem as ações de limpeza. -----

-----Relativamente à questão sobre os dados dos munícipes quanto ao Plano de Vacinação, referiu que na reunião da Proteção Civil foi comunicado que os dados existentes no Centro de Saúde abrangem a população do território de Góis. Porém, a senhora Enf.^a Isabel Afonso apelou a todos que se tivessem conhecimento de alguém que não foi contactado para que comunicarem ao Centro de Saúde.-----

-----Quanto à situação exposta sobre a barreira na estrada de acesso à Monteiro referiu tratar-se de uma situação complicada, porquanto irá obrigar a que se faça um muro de sustentação pelo que se trata de uma intervenção de fundo, tendo já sido para o efeito solicitado uma estimativa orçamental. Quanto à questão dos trabalhos na habitação, propriedade da Câmara Municipal, no Bairro Fernando Carneiro, em Góis, referiu que o senhor Vice-Presidente se encontra a acompanhar o assunto. Quanto à questão de ressarcir o montante relativo aos passes escolares referiu não ter informação para que proceda corretamente ao esclarecimento. Referiu que no que concerne à Residência de Estudantes a Câmara Municipal tomou como procedimento ressarcir o pagamento do valor mensal às famílias numa ótica de as beneficiar face ao período que atravessamos. No que diz respeito aos Centros Oficiais de Recolha, referiu que o Município de Góis é parceiro do Município de Arganil, porquanto se encontra a fazer a obra, salientando que o senhor Dr. Rui Pedroso deverá ter elaborado um relatório relativo à Campanha de Esterilização levada a efeito no ano de 2020, pelo que oportunamente será o documento do conhecimento do Executivo. Acrescentou que está agendada uma reunião para o início de março relativa ao planeamento das ações para dar continuidade a esta campanha e no investimento que a Câmara Municipal pretende continuar a fazer nesta matéria. Quanto às restantes questões colocadas pelo senhor Vereador António Rui de



Sousa Godinho Sampaio referiu não ter em sua posse informação suficiente para proceder aos devidos esclarecimentos. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia relativamente aos trabalhos necessários no imóvel no Bairro Fernando Carneiro referiu que foi dada indicação ao serviço de carpintaria da Câmara Municipal para a realização deste trabalho, pelo que irá questionar o trabalhador Arlindo José para quando é que o trabalho será efetuado. No que concerne ressarcir os munícipes do valor pago pelo passe de transporte escolar referiu que alguns munícipes já colocaram essa questão sendo seu entendimento ser inteiramente justo que o montante pagão deverá ser ressarcido, porém foi essa mesma questão colocada à empresa Transdev no sentido de se pronunciar de qual o procedimento que irá ser tomado. -----

-----A senhora Presidente sobre a Iniciativa Nacional Cidades Circulares referiu ser interessante os dois municípios mostrarem interesse em ser parceiros do Município de Góis agradecendo tanto ao Município de Espinho, como ao Município de Alcoutim a disponibilidade de ser parceiros neste projeto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: Não houve.-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR - De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia nove de fevereiro do ano de 2021, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

3.2 – MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA/CANDIDATURA PORTAS DO CÉU/CENTRO-07-2114-FEDER-000251 – A senhora Presidente informou que a candidatura Portas do Céu, do Município de Pampilhosa da Serra, ao CENTRO-07-2114-FEDER-000251 - Programa Operacional do Centro - Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, na qual o Município de Góis e de Arganil são parceiros foi objeto de aprovação, congratulando-se por mais uma candidatura ser aprovada, sendo que as ações previstas nesta irão ser dinamizadas nestes três concelhos.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que

em relação ao aludido projeto e a exemplo do que referiu na anterior reunião da Câmara Municipal aquando foi dado conhecimento da aprovação do projeto no qual o líder é o Município de Góis, aprez-lhe mencionar que o prazo para realização deste é entre julho 2021 e junho de 2022, privilegiando uma promoção cultural com iniciativas na área de concertos, entre outros, com a intervenção de grupos locais. Pelo que considerando o período da pandemia que obrigou à paragem da maioria destes grupos, sendo que ainda não se sabe quando e como irão retomar a sua atividade, em virtude de os períodos de inatividade serem sempre complicados. Referiu que, inicialmente, o período estabelecido poderia ir até aos 18 meses, tendo-se optado, posteriormente, por um período de 12 meses, pelo que a sua questão se consubstancia sobre a possibilidade de existir alargamento do prazo previsto, tendo em conta todos os constrangimentos fruto da pandemia, uma vez que o documento não menciona essa questão.-----

-----A senhora Presidente referiu ser o sentimento de todos os concelhos relativamente à execução do projeto, com a agravante de continuarmos em estado de emergência, e que não se poderão realizar as ações previstas nestes projetos. Referiu que na reunião da CIM RC, a realizar no dia 25.02.21, irá colocar a questão sobre a possibilidade da prorrogação de prazos, porquanto a CIM RC acompanha estas candidaturas e poderá questionar a CCDRC sobre essa questão, uma vez que é de todo impossível cumprir os prazos estabelecidos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.3 – DGESTE – DSRC/MOVIMENTO ANUAL DA REDE ESCOLAR PARA 2021/2022 – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – A senhora Presidente informou que a DGEST remeteu à Câmara Municipal a proposta do movimento anual da Rede Escolar para o 2021/2022, para o ensino pré-escolar e 1º ciclo, para que a Câmara Municipal se pronuncie sobre o encerramento do Centro Escolar da Freguesia de Alvares e do Jardim de Infância de Ponte Sótão. Quanto a este último equipamento referiu que a questão se coloca uma vez que já se encontra encerrado no presente ano, sendo que no que concerne ao Centro Escolar da Freguesia de Alvares, devido ao número de alunos, de acordo com a legislação teria que ser um estabelecimento a encerrar. Porém, atendendo

à distância desta freguesia da sede do concelho, bem como das especificidades da freguesia de Alvares e ao investimento que foi feito neste equipamento escolar, a Câmara Municipal argumentou e apresentou os fundamentos justificáveis para que este não encerre, tendo a DGESTE emitido parecer favorável à manutenção desta infraestrutura escolar, pelo que aguardamos que o Ministério da Educação face à argumentação apresentada pela Câmara Municipal subscreva a continuidade deste equipamento.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que o documento remetido à Câmara Municipal pela DGESTE refere a existência de um compromisso relativo às obras de ampliação e requalificação da escola básica de Góis, solicitando que se pronunciem sobre o mesmo. Face a isto questionou a que compromisso se referem.-----

-----A senhora Presidente referiu tratar-se de um compromisso antes do ano de 2009, ou seja, foi-se dizendo que Góis só teria a candidatura aprovada para ampliação da sede do agrupamento com o compromisso que depois vinham para Góis as crianças de Ponte do Sótão. Referiu que a senhora diretora da DGESTE argumenta sempre que a candidatura de Góis para ampliação da escola e jardim de infância na sede do Agrupamento que foi com esse compromisso, porém referiu que nunca viu qualquer documento escrito nesse sentido.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu desconhecer esse mesmo compromisso.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.4 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº 4/2016 E DE SUB ARRENDAMENTO Nº 5/2016

DA FRAÇÃO A DO LOTE 3 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS – A senhora Presidente informou que o Executivo está elucidado sobre o assunto, sendo que foi no momento e numa realidade muito própria que tivemos um interessado goiense que desejava implementar a sua própria empresa, tendo a Câmara Municipal para o efeito criado todas as condições, não tendo sido o projeto que pretendia ser implementado a avante, tendo o senhor Carlos Manuel Fernandes Câmara Sanches comunicado, a seu pedido, via e-mail, que não desejava manter a sua intenção tendo para o efeito apresentado as devidas

justificações. Neste sentido, referiu que o serviço de património da Câmara Municipal informou da situação fazendo alusão ao contrato de arrendamento celebrado entre o Município de Góis e senhor Carlos Manuel Fernandes Câmara Sanches, bem como bem como o contrato de subarrendamento. Referiu ser urgente regularizar a situação de cedência deste pavilhão, uma vez que o mesmo há muitos anos foi cedido à empresa EQUIPS, Lda, a qual já não existe, sendo que, presentemente, a pessoa com que nos articulamos é com o senhor Luís Augusto Gomes Dias. É urgente regularizar a situação deste pavilhão, pelo que irá ser contactado o senhor Luís Augusto Gomes Dias, sendo que há manifestações de interesse em utilização deste pavilhão. -----

----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que pela leitura feita aos documentos apraz-lhe mencionar que o arrendamento foi celebrado entre o Município de Góis e o senhor Carlos Manuel Fernandes Câmara Sanches e o subarrendamento foi realizado entre este último e o senhor Luís Augusto Gomes Dias.---

----A senhora Presidente referiu que efetivamente está correto os intervenientes tanto no contrato de arrendamento como no contrato de subarrendamento, este último autorizado pela Câmara Municipal.-----

----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que efetivamente a informação sobre o assunto é insuficiente de modo a que possamos ter real conhecimento do assunto em causa para que o Executivo possa tomar uma decisão, ou seja, na informação deveriam constar todas as fases deste processo. Referiu que quanto ao subarrendamento a clausula que faz alusão a este refere que só vigora se a candidatura apresentada pelo primeiro outorgante for aprovada. Pelo que não se tem conhecimento se essa mesma candidatura foi ou não aprovada, se foi comunicada a data de aprovação, ou seja, há questões que estão dependentes umas das outras das quais não temos conhecimento. Acrescentou que se trata de um assunto que já foi presente ao Executivo, alertando que futuramente os interesses da Câmara Municipal devem ser melhor salvaguardados, por entender que deverá existir uma cláusula que determine que o cumprimento se faça de uma determinada forma, e se não fizer, tal como outros assuntos que já foram aprovados, caduca o contrato. Referiu que estamos a falar de um



pavilhão sem qualquer utilidade, há bastante tempo, havendo alguns interessados no mesmo, e que poderia efetivamente estar a ser utilizado, não havendo muita oferta de espaços para quem necessite exercer uma atividade, sendo que estas situações se prolongam no tempo e não se resolvem. Referiu que no futuro estes contratos devem ter uma cláusula que salvasse aquele que é o interesse da Câmara Municipal e que, em caso de incumprimento da parte de quem arrenda determinar a extinção do contrato e retornar ao Município, por entender que deve ser esse o interesse municipal. -----

-----A senhora Presidente referiu ser importante que essa cláusula possa constar de futuros contratos, para salvasse, porém se não constar também não haverá problema uma vez que no Regulamento Municipal da Zona Industrial de Góis diz claramente o que pode e o que não pode ser feito, o que infelizmente não é cumprido, porquanto ainda recentemente foi remetida uma notificação a todos os empresários que adquiriram lotes nos Pólos Industriais, particularmente na freguesia de Alvares e Vila Nova do Ceira e que decorridos dois anos é de facto se se mantêm a intenção de implementar negócio, devendo para o efeito apresentar uma fundamentação relativa ao não cumprimento das cláusulas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto ao senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, para emissão de informação.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – VICENTE & VICENTE - INDÚSTRIA DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO

LDA/PAGAMENTO DO LOTE 1 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS – A senhora Presidente referiu que a empresa comprou um pavilhão do Lote 1 da Zona Industrial de Góis, tendo para o efeito sido um processo que já passou por algumas fases, como é do conhecimento do Executivo, havendo alguma dificuldade em cumprir com os pagamentos, facto que também já se verificava anteriormente à Pandemia, tendo a Câmara Municipal criado todas as condições para que o prolongamento do período de carência fosse prorrogado, sem prejuízo da empresa pagar na íntegra o que é devido à Câmara Municipal, sendo que há dificuldade de cumprirem com este pagamento pelo que solicitaram à Câmara Municipal prorrogar o prazo de respetiva carência por um período extra de 12 meses.

Mais referiu que este, e outros pedidos, pode ser enquadrado no documento que se encontra a ser elaborado, o Regulamento ou Programa de Apoio, consubstanciando-se este apoio numa das medidas que a Câmara Municipal poderá ceder no âmbito da Pandemia, e em que a economia vive grandes dificuldades e que Góis não é nada alheio, uma vez que as dificuldades que se vivem em territórios urbanos, no nosso território são redobrados, ou seja, são sempre muito mais difíceis. -----

-----Prevaleceu-se para prestar a sua solidariedade a todos empresários, sendo que este empresário tem-se debatido com muitas dificuldades, atualmente com um número de postos de trabalho reduzido, porém continua a laborar diariamente fazendo tudo para manter os seus compromissos com os trabalhadores, mas de facto não lhe custa absolutamente nada votar favoravelmente este pedido atendendo à situação que se vive.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que o momento que se vive para o tecido comercial e empresarial é extremamente difícil, como já foi abordado em anteriores reuniões, debatendo-se o empresário em questão, como outros do concelho, com algumas dificuldades, estando solidário com a proposta de prorrogar o prazo de respetiva carência por um período extra de 12 meses, porquanto entende que face à conjunto económica que atravessamos tanto este, como outros empresário, merecem o apoio que a Câmara Municipal possa vir a ceder. Referiu ser conhecedor da história da empresa e da resistência desta a vários níveis, tendo atualmente cerca de duas dezenas de postos de trabalho, pelo que corrobora com o pedido proposto pelo empresário, desejando uma recuperação económico-financeira de forma a que possa sair da situação com que se depara na consequência do período menos bom em termos económicos que o país atravessa.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que se em condições mais favoráveis a Câmara Municipal votou favoravelmente apoiar para que o empresário resolva a situação em causa, num momento particularmente difícil, obviamente que não podemos deixar estar do lado do empresário sabendo quem é a pessoa, o que tem feito, e as dificuldades com que tem passado para manter a empresa

em laboração e a manutenção dos postos de trabalho obviamente que também está solidário em que se prorogue o prazo de respetiva carência por um período extra de 12 meses. Contudo, referiu que este tipo de apoios deve ser clarificado, bem como extensivo a quem esteja nas mesmas condições para que haja equidade no tratamento destas situações.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que comunga das dificuldades com que este e outros empresários se debatem diariamente face à fase pandémica que o país atravessa. Referiu que esta empresa ao longo da sua existência tem contribuído não somente para economia local, mas também na promoção de postos de trabalhos, sendo um facto que outros empresários do concelho também se têm deparado com dificuldades devido às medidas emanadas pelo governo no âmbito da Pandemia, pelo que entende não ser justo que se apoiem somente alguns empresários. Ainda sobre o assunto em questão referiu que em outras situações o mesmo assunto se fez acompanhar com uma informação jurídica que nos dava algum suporte de sustentação legal de forma a fundamentar a deliberação do Executivo. Acrescentou não ter conhecimento se legalmente existe alguma penalização para o incumprimento do contrato de compra e venda. Face ao exposto, referiu que o seu sentido de voto irá ser abstenção por não concordar com a desigualdade de tratamento.-----

-----A senhora Presidente referiu não existir qualquer situação de discriminação e desigualdade, i.e., a Câmara Municipal não está a favorecer uns, nem a prejudicar outros, porque se fosse feito um levantamento do histórico da Câmara Municipal não se trata somente da empresa que está em incumprimento com a autarquia, salientando a existência de um histórico significativo de dívidas por parte de pessoas que não cumpriram. Referiu relevar o que está inscrito no Regulamento o qual já foi objeto de alteração para podermos criar melhores condições a este e a outros empresários.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que respeita o empresário, por quem tem muita consideração, face ao seu historial no nosso território, porém referiu a existência de outros empresários do concelho que também têm imensas dificuldades e que não estão a usufruir de apoio da Câmara Municipal. Pelo que ao

aceitarmos a prorrogação do citado prazo é naturalmente um apoio que estamos a dar a este empresário, sendo que na sua ótica não lhe parece muito justo que assim seja, reiterando as suas palavras que a discussão do assunto em causa, em anteriores reuniões do órgão executivo, veio sempre acompanhado de um parecer jurídico que de alguma maneira suportava a decisão-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que esta é uma oportunidade que se tem de manifestar a nossa admiração pelos empresários que teimam e resistem a este tempo de dificuldade para as suas empresas sobretudo os empresários dos sectores da economia dos bens que não são de primeira necessidade, porquanto estão a viver um período bastante difícil porque encerram as suas portas, e portanto não podem vender. Referiu que a sensação que dá é que para esses sectores a economia está suspensa, sendo que o que este empresário pede à Câmara Municipal é também uma suspensão e não um perdão, mas sim o prolongamento de um prazo de carência, pelo que atendendo às circunstâncias que estamos a viver é perfeitamente adequado que se prolongue este período de carência. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que o que está em cima da mesa para que o Executivo tome uma decisão é o deferimento do prazo do pagamento de uma prestação. Referiu que a exemplo daquilo que tem acontecido em termos da administração central que há despachos que determinam o deferimento do pagamento dos prazos das prestações, sendo exemplo disso os impostos, por decisão do Secretário de Estado, pelo que o Executivo decidirá o deferimento do pagamento em situação da Pandemia COVI-19, sendo na sua ótica que a legalidade residirá toda nesta fundamentação.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, prorrogar o prazo de respetiva carência por um período extra de 12 meses. Deliberado, por unanimidade, remeter o assunto ao senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, para emissão de informação.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – PARQUE DA MONTEIRA - CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO – A senhora Presidente referiu que a informação se refere à cessão do contrato de exploração celebrado entre o Município de Góis e o senhor Humberto Garcia da Costa, relativamente à cedência de um viveiro de trutas e de um poço, assinado em 01.02.21, por períodos renováveis de 10 anos, sem prejuízo de as partes oporem à sua renovação, mediante comunicação com antecedência não inferior a noventa dias. Referiu ainda, que a Dr.ª Liliana Serra refere na informação que a Técnica Helena Pedruco, que estava com este assunto à data, elaborou uma informação no ano de 2020, propondo que o gabinete jurídico revesse as condições do contrato. Sobre o assunto em causa questionou o senhor Vice-Presidente se a Técnica, que já não se encontra a exercer funções na Câmara Municipal, lhe deu conhecimento do mesmo.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu nunca ter sido abordado pela Eng.ª Helena Pedruco sobre esta matéria. Da análise da presente informação referiu que o que se pretende é se a Câmara Municipal deseja manter esta cessão de exploração, porquanto a que foi anteriormente celebrada terminou.-----

-----A senhora Presidente referiu estar interessada em manter essa cessão de exploração em virtude de ter sido a sua pessoa que esteve na génese do citado contrato, porém não deseja hipotecar o futuro. Referiu que lhe apraz registar a dedicação do senhor Humberto Garcia da Costa a este projeto a par com o trabalho senhor José Nunes e do Secretário do senhor Vice-Presidente senhor Nuno Lopes. Ainda sobre o Parque da Monteiro referiu que, lamentavelmente, esta infraestrutura nunca abriu, acreditando que a sua abertura publicamente possa ser no ano em curso. Sendo um contrato plurianual o mesmo terá que ser objeto de deliberação do órgão Executivo e do órgão Deliberativo até ao momento de termos a Prestação de Contas aprovada, pelo que o assunto terá que ser presente na sessão da Câmara Municipal a realizar no mês de abril, pelo que até à data de ser assumido novo compromisso plurianual terá que se arranjar uma solução para pagamento ao senhor Humberto Garcia da Costa.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que pelo que se encontra plasmado na clausula 5ª do contrato de cessão de exploração

entende que o Executivo não terá que tomar qualquer deliberação, uma vez que esta plasma “que a cessão é feita pelo prazo de dez anos, tendo o início no dia 1 de fevereiro de 2011 e renovar-se-á no seu termo e por iguais e sucessivos períodos de tempo, sem prejuízo de as partes se oporem à sua renovação, mediante comunicação com uma antecedência não inferior a noventa dias.”, pelo que partindo do pressuposto que ambas as partes não se opuseram à renovação o contrato está automaticamente renovado. Pelo que na sua ótica a questão sobre esta matéria é unicamente o compromisso plurianual, não havendo qualquer questão relacionada com a renovação do contrato em causa. -----

-----A senhora Presidente referiu que o contrato de cessão renovou automaticamente em virtude de ambas as partes não terem denunciado o mesmo, não tendo sido acautelada a plurianualidade do contrato, tendo ao a palavra à Dr.ª Liliana Serra para proceder aos devidos esclarecimentos.-----

-----Dada a palavra, a Dr.ª Liliana Serra referiu os serviços financeiros trabalharam conjuntamente com a Técnica responsável pelo assunto em questão tendo a própria, atempadamente, elaborado informação para o Executivo deliberar sobre a renovação ou não do contrato em causa.-----

----Sobre a renovação do contrato a senhora Presidente referiu que a clausula quinta é explícita, ou seja, o contrato renova-se automaticamente porque nenhuma das parte se opôs.-----

-----Dada a palavra, a Dr.ª Liliana Serra referiu que os serviços financeiros tinham o compromisso assumido até 01.02.2021, pelo que para prosseguir com o referido contrato de cessão terá que haver informação nos referidos serviços sobre a continuidade do aludido contrato. -----

-----A senhora Presidente referiu que por se tratar de um compromisso plurianual a despesa terá que ser acautelada sendo esta a questão sobre o assunto em causa, pelo que terá que ser presente ao Executivo uma proposta compromisso plurianual para que se tome uma posição no sentido de o assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal para deliberação. -----

-----A senhora vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz prevaleceu-se da oportunidade da abordagem ao assunto Parque da Monteiro, para mais uma vez reiterar o seu apelo para que o Parque cumpra o seu objectivo de abertura ao público, pois será uma mais valia na sua vertente pedagógica e também turística.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/TIAGO FILIPE VIEIRA BAETA CORTEZ E SANDRA REGINA DE JESUS SIMÕES – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 16.02.21, relativa a alterações levadas a efeito em moradia unifamiliar, requerida por Tiago Filipe Vieira Baeta Cortez e Sandra Regina de Jesus Simões, Conhais, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

3.8 – OBRAS PARTICULARES/LEONOR BEATRIZ SIMÕES BANDEIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.02.21, relativa a construção de habitação unifamiliar, requerida por Leonor Beatriz Simões Bandeira e Gonçalo Nuno Martins Bandeira, Avenida Manuel Ferreira Naia Sarrazola, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – OBRAS PARTICULARES/CATARINA ENES GARCIA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.02.21, relativa a reconstrução e ampliação de moradia unifamiliar, requerida por Catarina Enes Garcia, Rua Francisco Martins Carneiro, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº4/2021/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº3 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº3 - Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nos. 25/2015, de 30 de março, e

69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto e 66/2020, de 4 de novembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Orçamento Municipal nº3, que importa na parte da despesa, em 47.000,00 €, tantos nos reforços, como nas anulações, bem como a alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) nº3, que importa em 42.000,00€, nos reforços, e 47.000,00€, nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.11 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia dezoito de fevereiro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo II da presente Ata.-----

3.11.1 – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra - A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, da senhora Presidente, e dos senhores Vereadores Mário Barata Garcia, José Alberto Domingos Rodrigues e António Rui de Sousa Godinho Sampaio, e um contra, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a referida transferência corrente, no montante de dez mil euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento a candidaturas e de projetos da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz apresentou a seguinte declaração de voto: “O seu voto contra consubstancia-se pelo facto da candidatura desta Entidade, de acordo com a informação técnica que acompanhou o Mapa de Transferências Correntes, não se encontra em conformidade com o Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.”-----

3.11.2 – CIM RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a referida transferência corrente no montante de cinco mil, cinquenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos, cuja finalidade é a comparticipação financeira do projeto 30: Brigada de sapadores Florestais (ano 2021).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----



3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e dois de fevereiro do ano em curso, no montante de dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois euros e oito cêntimos. -----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº 4/2016 E DE SUB ARRENDAMENTO Nº 5/2016 DA FRAÇÃO A DO LOTE 3 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS; VICENTE & VICENTE - INDÚSTRIA DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO LDA/PAGAMENTO DO LOTE 1 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS; OBRAS PARTICULARES/TIAGO FILIPE VIEIRA BAETA CORTEZ E SANDRA REGINA DE JESUS SIMÕES; OBRAS PARTICULARES/LEONOR BEATRIZ SIMÕES BANDEIRA; OBRAS PARTICULARES/CATARINA ENES GARCIA; MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº4/2021/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº3 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº3; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas catorze horas e trinta e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
